

| **Apresentação** |

Estarão as escolas saturadas de sociólogos e dos seus inquéritos?

Bruno Dionísio, Leonor Lima Torres e Mariana Gaio Alves

Coordenação

A sociologia da educação depende, sobremaneira, do espaço físico escolar para aceder aos atores e fenómenos que prioriza na sua produção de conhecimentos. Em parte porque a sociologia da educação é hoje, em grande medida, uma sociologia da escola, considerando o monopólio do escolar na fabricação de subjetividades e de problemas públicos; e em parte também porque o estabelecimento de ensino, por se julgar de rápido e fácil acesso, é um lugar híper requisitado pelos cientistas (não só os sociais) para chegar aos adultos e não-adultos que se procura sondar, inquirir, sobre os temas mais variados (educação, saúde, profissões, infância, juventude, representações, atitudes e práticas num infinito rol de assuntos, ...).

Se as escolas já se confrontam (não sem manifesto desconforto) com a obrigatoriedade de produção de dados (para as estatísticas oficiais, para alimentar diariamente as plataformas informáticas, para efeitos de avaliação interna e externa), batem-lhes à porta estudantes e investigadores que as solicitam para satisfazer os seus objetivos de pesquisa: dos pequenos trabalhos exploratórios de licenciatura, às teses, dissertações ou projetos financiados e de grande escala. Das escolas-cadeado, que se guardam a sete chaves ('esta escola não é para sociólogos'), às escolas sem-fechadura, que primam pela solicitude, os pesquisadores deparam-se com cenários mais ou menos inóspitos. Também os territórios escolares são desigualmente requisitados. Não se

baterá a todas as portas, nem com a mesma frequência, nem com a mesma intensidade. Escolas em territórios socioeducativos mais vulneráveis serão, porventura, mais fustigadas pelos apelos à participação e demandas de inquirição, por conterem os ingredientes necessários ao modo como muitos problemas sociológicos são formulados. Ou, no lado oposto, escolas que se destacam por elevados desempenhos académicos ou pela singularidade dos seus projetos educativos, tendem a atrair sobre si os olhares sociológicos, ávidos de informação sobre as apropriações contextuais dos processos de escolarização.

A relação ambígua entre sociólogos e atores educativos (em particular, professores) remonta, no mínimo, à herança bourdieusiana, que colocou o dedo numa ferida por sarar: a denúncia crítica ao peso da ação pedagógica na reprodução das desigualdades. É certo que o mal-estar professoral ante a crítica sociológica é relativo, mitigado por

ressignificações do efeito-Bourdieu e pelas próprias metamorfoses do campo sociológico e do campo educativo. Mas que representações fazem os professores dos sociólogos? Entrar e estar na escola, na pele de sociólogo, é, hoje, mais fácil ou mais difícil que outrora?

Se o inquirido, seja qual for a técnica usada, implica um certo grau de exposição (e de vulnerabilização) dos sujeitos observados, é decente e eticamente aceitável que o sociólogo preserve uma postura de resguardo que o imunize da vulnerabilidade, mantendo assimétrica a situação relacional de inquirido (Payet, et al, 2010)? O vocabulário dos compêndios de metodologia não ajuda, e parece muitas vezes reforçar a ideia de um sociólogo que toca-e-foge do terreno (aplica inquirido; recolhe dados; realiza entrevista...), postura que mais se assemelha ao encontro fugaz e à visita cirúrgica que ao imperativo de «estar à altura do objeto» através de uma longa cadeia de trocas que dê sentido à

relação de inquérito (Bourdieu, 2015).

«O inquérito é anónimo e confidencial» e «a sua colaboração é fundamental» são duas das afirmações mais replicadas nos procedimentos protocolares de inquirição.

Reproduzidas mecanicamente, talvez nem sempre se dê a devida atenção às radicais implicações de sentido que encerram. Se anonimato e confidencialidade conferem a proteção necessária ao inquirido, despersonalizando-o para garantir a máxima autenticidade possível, em que circunstâncias essa sagrada convenção ética pode ser violada? Que fazer do sujeito para quem não faz sentido implicar-se autenticamente na pesquisa sem ser visto, personalizado e sentimentalizado, e não reduzido a um mero código de SPSS, um nome fictício de entrevistado ou um rosto pixelado numa fotografia?

Por sua vez, será legítimo que as pessoas, a quem se reitera que «a sua colaboração é fundamental», se

interroguem: fundamental para quem? Como poderão os atores levar a sério tal promessa e como o processo de investigação se (re)desenha para conferir aos sujeitos o estatuto de coprodutores e disseminadores de conhecimento, numa lógica de laboratório?

Outros obstáculos e constrangimentos de natureza ética e epistemológica se nos apresentam. Nos paradoxais tempos que correm, parecem conviver dinâmicas contraditórias de extimidade e de intimidade (Tisseron, 2011). A exposição pública de assuntos íntimos, a conversão de problemas íntimos em problemas públicos, a injunção permanente à visibilidade (Aubert & Haroche, 2011), convive tensamente com uma gramática da invisibilização, da preservação da intimidade, da proteção da imagem e da identidade.

Nesta conjuntura, a inquirição em meio escolar (especialmente junto dos públicos estudantis, infantis e adolescentes) pode tornar-se altamente problemática, à medida

que os requisitos éticos se tornam tão mais apertados quanto maior o escândalo mediático e a ameaça de judicialização das pesquisas que não se blindem com todos os preceitos éticos, até à exaustão. Assim, o «excesso de zelo que algumas instâncias impõem no controlo das questões de ética deontológica, em particular com populações consideradas vulneráveis, pode estar a contribuir para inviabilizar, a breve trecho, a pesquisa de terreno» (Vieira, 2017).

O cenário poderá ser ainda mais dramático se se pensar em técnicas de sociologia visual, como o uso da fotografia ou do filme. Poderá fazer-se uma sociologia da escola sem inquirir em meio escolar? Que nos traz uma sociologia da educação que não se atenha ao espaço físico do estabelecimento de ensino para produzir dados? No limite, sendo vedado o acesso ao interior da escola, restar-nos-ia apenas o “conhecimento sociológico” formal produzido pelos gabinetes de estudos e estatísticas do Ministério

da Educação sem o contraditório apostado pela “expertise” da academia. Que consequências acarretaria esta limitação para o conhecimento da educação e do próprio sistema educativo? Em última instância, poderia a sociologia da educação ser descartável na produção do conhecimento escolar?

Foi com base nestas indagações, simultaneamente de natureza ética, deontológica e epistemológica, que o *Jornal* exortou a comunidade de sociólogos da educação a contribuir para o *Simpósio* deste número com reflexões que, apoiadas (ou não) em experiências concretas de pesquisa, alimentem o debate sobre as nossas condições atuais de produção de conhecimento. Apelar a uma sociologia da educação *no divã* significa, também, estimular a reflexão sobre o modo como se cuida dos terrenos e dos sujeitos de pesquisa e, enfim, sobre aquilo que as escolas fazem à sociologia, e vice-versa.

Os quatro textos que publicamos nesta edição privilegiam facetas diversas do repto lançado. Nas curtas mas densas reflexões produzidas, os autores identificam problemas, desafios e preocupações com que se deparam, o que atesta a necessidade do debate a que este número do Jornal se associa.

O texto de Alice Mendonça interroga o sentido e a utilidade que os estudantes universitários atribuem aos inquéritos sociológicos quando se lhes solicita que participem no seu preenchimento. Por sua vez, o texto de David Beirante discorre sobre o lugar da atividade sensorial no afinamento da observação sociológica sempre que se estuda um objeto sensível. Já no texto de João Feijão encontramos os dissabores da etnografia e os sacrifícios vividos para tentar obter a chave de acesso ao lugar mais sagrado do templo escolar: a sala de aula. Por fim, o texto de Leonor Lima Torres, Mariana Gaio Alves e Bruno Dionísio frisa a criação da MIME (Monitorização de Inquéritos em

Meio Escolar) e o seu papel na regulação, no estabelecimento de condições e de limites para a investigação no espaço escolar.

O leitor encontrará neste número outras contribuições a merecer atenção. Destaque para a *Entrevista* a Vítor Sérgio Ferreira, sociólogo e investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Na rubrica *Projetos*, Telmo Caria apresenta um trabalho de investigação, em curso, sobre as identificações dos estudantes com os cursos superiores. Por fim, trazemos reportagens do último Congresso Português de Sociologia, do VI Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação e da Conferência Internacional *Scuola Democratica*.

Bibliografia:

Aubert, N., Haroche, C., (2011), *Les tyrannies de la visibilité : être visible pour exister ?*, Toulouse, Érès.

Bourdieu, P., (2015 [1993]), *La misère du monde*, Paris, Points.

Payet, J.-P., Rostaing, C., Giuliani, F.
(2010), *La relation d'enquête : la sociologie au défi des acteurs faibles*.
Rennes, PUR.

Tisseron, S. (2011), Intimité et extimité, *Communications*, nº 88, pp. 83-91.

Vieira, M. M. (2017), Como se faz - ou o que faz uma tese em sociologia da educação?, *Jornal de Sociologia da Educação*, nº 1, pp. 1-7.